



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

ROSITA MIRANDA NHAGA BARBOSA

**INTEGRAÇÃO DE EGRESSOS GUINEENSES DA UNILAB NO MERCADO DE
TRABALHO FORMAL NA GUINÉ-BISSAU: DINÂMICAS DE GÊNERO**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2024

ROSITA MIRANDA NHAGA BARBOSA

**INTEGRAÇÃO DE EGRESSOS GUINEENSES DA UNILAB NO MERCADO DE
TRABALHO FORMAL NA GUINÉ-BISSAU: DINÂMICAS DE GÊNERO**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito para a
obtenção do título de Bacharel em Humanidades, na
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira, UNILAB - Campus dos Malês.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Juliana Dourado Bueno.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2024

ROSITA MIRANDA NHAGA BARBOSA

**INTEGRAÇÃO DE EGRESSOS GUINEENSES DA UNILAB NO MERCADO DE
TRABALHO FORMAL NA GUINÉ-BISSAU: DINÂMICAS DE GÊNERO**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB - Campus dos Malês.

Data de aprovação: 02/05/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Juliana Dourado Bueno (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Carla Craice da Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Paulo Gomes Vaz

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	PROBLEMA DE PESQUISA	7
3	OBJETIVOS	9
3.1	GERAL	9
3.2	ESPECÍFICOS	9
4	JUSTIFICATIVA	10
5	REFERENCIAL TEÓRICO	10
6	METODOLOGIA	17
7	CRONOGRAMA	18
	REFERÊNCIAS	19

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa tem como tema “*Integração de egressos guineenses da Unilab no mercado de trabalho formal na Guiné-Bissau: dinâmicas de gênero*”, com o objetivo de compreender os desafios enfrentados por eles no acesso ao emprego neste país. Trata-se de um estudo no qual também pretendemos discutir as relações de gênero no mercado de trabalho, bem como analisar os processos de empregabilidade das instituições públicas e privadas do país. No que diz respeito à metodologia, a pesquisa será de uma abordagem qualitativa, com base nas revisões bibliográficas e adicionalmente um estudo de caso com os referidos egressos.

Para tal, vale salientar que, após a independência da Guiné-Bissau, o país tem-se deparado com grandes instabilidades em vários setores, principalmente no mercado de trabalho, caracterizado por uma série de desafios e dinâmicas, e as questões de gênero desempenham um papel significativo nesse contexto. Em linhas gerais, Guiné-Bissau apresenta altas taxas de desemprego, especialmente entre os jovens que economicamente não estão ativos e o mercado de trabalho tem se tornado cada vez mais fechado. A economia do país é predominantemente agrícola, com a agricultura sendo a principal fonte de subsistência para muitos guineenses. No entanto, a falta de infraestrutura, investimentos e oportunidades limitadas fora do setor agrícola contribuem para a escassez de empregos formais.

No que diz respeito às dinâmicas de gênero no mercado de trabalho guineense, é possível afirmar que as mulheres enfrentam desafios muito mais complexos. Apesar de representarem uma parcela significativa da força de trabalho, essas muitas das vezes lidam com discriminação de gênero e desigualdades no acesso ao emprego e oportunidades de trabalho. Elas tendem a ocupar majoritariamente empregos informais, de baixa remuneração e com menos segurança social. Além disso, as responsabilidades familiares e culturais muitas vezes recaem desproporcionalmente sobre elas, o que pode limitar sua participação no mercado de trabalho formal. Por outro lado, constata-se entraves enormes no que diz respeito ao acesso à educação e à própria cultura machista e o preconceito para com as mulheres, e o menor acesso a treinamento profissional qualificado etc. Portanto, tudo isso contribui para as disparidades de gênero no emprego.

Nessa senda, considerando a situação política e econômica do país, verifica-se uma grande luta pela autonomia e independência econômica por parte da população. Porém, o nível da pobreza ainda é muito grande e majoritariamente feminina. Como Balde e Mendes (2014), citados por Mendes (2016), nos mostram 51,4% de pessoas em situação de pobreza eram mulheres, o que significa que as mulheres representavam o gênero mais pobre do país.

Um dos elementos fundamentais para o nosso objeto de estudo está ligado à questão da educação, pois influencia tanto o acesso quanto a qualidade do trabalho formal e na dinâmica de gênero. Além disso, é importante considerar não apenas o acesso à educação, mas também a sua importância e adequação ao mercado de trabalho. Uma educação de qualidade não só amplia as oportunidades de emprego formal, mas também pode proporcionar às mulheres guineenses uma maior autonomia e capacitação para enfrentar as desigualdades de gênero presentes no mercado de trabalho. Portanto, ao analisar os desafios enfrentados pelos egressos guineenses da UNILAB no mercado de trabalho na Guiné-Bissau, é essencial examinar criticamente o papel da educação na promoção da igualdade de gênero e no acesso igualitário ao emprego formal.

Assim, as mulheres que conseguem se dedicar aos estudos e se formar em nível superior deparam-se com grandes desafios para se empregar nas instituições de trabalho formal, e um dos motivos parte da construção social baseada no sistema patriarcal. E diante disso, uma das saídas para não ficar economicamente dependente é recorrer aos comércios de produtos ou alimentos nos mercados informais. Essa posição das mulheres formadas, exercendo trabalhos informais, é normalizada pela sociedade guineense em geral.

Dentro dessa mesma ótica, no caso dos homens guineenses formados, a situação já é diferente, visto que eles têm mais chances de se empregar em instituições de trabalho formal em relação às mulheres. Eles são vistos como o sexo mais forte, inteligente e preparado para se inserir no setor formal do trabalho. No caso do desemprego após a formação superior, que por outro motivo se deve à ausência frequente de concursos públicos, esses homens se encontram mais em situações diferentes em relação às mulheres, anteriormente citadas. Em alguns casos, a emigração com finalidade de trabalhos é em primeira mão, suas preferências.

Até hoje as mulheres continuam lutando pelos seus direitos e essas lutas não se restringem só no campo educativo, como também em suas independências econômicas. Para garantir essa independência, a maioria das mulheres guineenses, com insuficiência de instruções acadêmicas, optam por trabalhos informais como forma de empoderamento e garantia do sustento dos filhos, como é o caso das mães solo. Esses trabalhos informais começam desde suas casas, com tarefas domésticas como as limpezas diárias e a preparação dos alimentos, entre outros serviços. Posteriormente, fora do ambiente doméstico, os comércios informais são na sua maioria praticados pelas mulheres, como as vendas de produtos alimentícios nas feiras, mercados, praças e *lumos* (feiras temporárias). A maioria dos produtos é cultivada ou produzida por elas mesmas. Nisso, elas acabam desempenhando uma dupla função em comparação com os homens.

Por outro lado, vale ressaltar que, ao longo do tempo, as mulheres têm enfrentado obstáculos significativos para superar essas desigualdades, demonstrando uma resiliência notável na busca pela igualdade de oportunidades. Essa resistência das mulheres guineenses, juntamente com esforços de organizações e movimentos sociais, contribui para a conscientização e para a promoção de mudanças sociais em direção a uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

Com isso, pode-se constatar que, na Guiné-Bissau, os homens têm mais privilégios, ou seja, são dadas mais oportunidades de estarem em um ambiente de trabalho mais formal em relação às mulheres. Tudo que diz respeito a cargos de honra e de maior destaque, na maioria das vezes, são ocupados pelos homens. E já as mulheres são inferiorizadas dentro desse contexto, assim, elas têm acesso mais facilmente aos trabalhos informais quando comparado a outras modalidades (trabalho formal e concursado). Esses fatos mostram o quanto a sociedade guineense é hierarquizada em termos de gênero no mercado de trabalho formal e sem contar com as políticas de empregabilidade injustas, das instituições do país, que fazem contrato de trabalho mais por meio de afinidade ou grau de parentesco, quando que se deva dar pela política da meritocracia.

2 PROBLEMA DE PESQUISA

O projeto de pesquisa centra-se nas trajetórias dos egressos guineenses da UNILAB em relação ao acesso ao emprego no mercado de trabalho formal na Guiné-Bissau e nas dinâmicas de gênero que as envolvem. Como já observado, o país carece de políticas públicas e de ações por parte das Organizações Não Governamentais (ONGs) presentes na região. Isso resulta em uma ausência quase completa de garantias de bem-estar social por parte do Estado guineense para sua população, uma vez que as políticas públicas nas áreas de educação, saúde, segurança pública e outras se encontram em um estado de grande *déficit*. Diante disso, a população enfrenta grandes desafios em seu cotidiano na sociedade.

A construção social baseada no gênero tende a inferiorizar as mulheres, colocando-as em uma posição de submissão aos homens. Essas ideologias acabam sendo executadas na prática dentro do local de trabalho, onde os cargos de maior destaque são geralmente destinados aos homens, enquanto as mulheres ocupam posições menos destacadas. Além disso, as desigualdades salariais, com os homens em sua maioria, recebendo salários significativamente maiores que as mulheres, que em alguns casos parte do princípio hierárquico do trabalho:

trabalho masculino tendo, em alguns casos, um valor superior ao trabalho feminino, ainda que realizem a mesma função. Esses entraves no mercado de trabalho guineense (carência de concursos públicos e desigualdade de gênero), tendem a causar receio na maioria dos estudantes guineenses formados na diáspora a retornarem ao país para contribuir com seus conhecimentos adquiridos durante a formação e ajudar no processo do desenvolvimento do país.

No entanto, vale destacar o retorno de alguns estudantes, na qual se devem a muitos fatores como o comprometimento com a família, garantia de emprego etc. Nesse contexto que nossa pesquisa se assentará especificamente nos egressos guineenses da UNILAB, a fim de analisar e compreender seus desafios acadêmicos e de inserção no mercado de trabalho formal e as dinâmicas de gênero. Com isso, a pesquisa indaga as seguintes problemáticas:

- ❖ Quais são os principais desafios enfrentados pelas mulheres e pelos homens egressos da UNILAB ao ingressarem no mercado de trabalho formal na Guiné-Bissau?
- ❖ Existem outros marcadores sociais que influenciam a entrada de egressos no mercado de trabalho formal?
- ❖ Como as dinâmicas de gênero influenciam a integração dos egressos guineenses da UNILAB no mercado de trabalho formal na Guiné-Bissau?
- ❖ Em que medida as políticas públicas e as práticas de recrutamento no mercado de trabalho formal guineense promovem ou dificultam a igualdade de gênero entre os egressos da UNILAB?

Com base nos fatos anteriormente relatados, presume-se que esses desafios são decorrentes da ausência de concursos públicos, resultando em contratos de trabalho que não seguem critérios meritocráticos. Além disso, a desigualdade de gênero, que posiciona o homem acima da mulher, perpetua a idealização de trabalhos específicos para cada gênero. Esses elementos contribuem para a manutenção de um ambiente de trabalho onde as oportunidades são desiguais e a ascensão profissional é muitas vezes determinada pelo gênero do trabalhador, em detrimento de suas habilidades e qualificações.

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

- Compreender como as dinâmicas de gênero afetam a integração dos egressos guineenses da UNILAB no mercado de trabalho formal na Guiné-Bissau e os principais desafios ao ingressarem nesse contexto profissional.

3.2 ESPECÍFICOS

- Estudar o impacto das dinâmicas de gênero na busca por emprego e na ascensão profissional dos egressos guineenses da UNILAB no mercado de trabalho formal;
- Investigar as barreiras específicas enfrentadas pelas mulheres e pelos homens egressos da UNILAB durante o processo de integração no mercado de trabalho formal na Guiné-Bissau;
- Avaliar como as políticas de recrutamento e seleção no mercado de trabalho formal da Guiné-Bissau impactam de maneira diferenciada as oportunidades de emprego para mulheres e homens egressos da UNILAB.
- Pesquisar os fatores sociais, culturais e institucionais que contribuem para a reprodução de desigualdades no processo de integração dos egressos guineenses da UNILAB no mercado de trabalho formal na Guiné-Bissau.

4 JUSTIFICATIVA

O tema em questão sempre foi motivo de inquietação, indignação e descontentamento para mim, devido à situação do mercado de trabalho hierarquizado e centralizado em um determinado grupo ou família elitizada na Guiné-Bissau. Ao longo dos anos vividos em meu país, testemunhei vários casos de estudantes que retornaram e permaneceram desempregados por mais de dois ou três anos. Outros optaram por migrar para o exterior em busca de oportunidades para sustentar suas famílias. Um exemplo disso foi um dos meus familiares que se formou em Economia em Marrocos, mas encontrou dificuldades para se inserir no mercado de trabalho ao voltar para casa. Em resposta, começou a viajar para o exterior para comprar

produtos cosméticos e revendê-los em Bissau, garantindo assim seu próprio sustento e o de seu filho. Diante desses casos, meu interesse pelo assunto aumentou, levando-me a questionar as verdadeiras causas desses problemas. Decidi então aprofundar minha pesquisa para investigar e entender as raízes dessa problemática.

Acredito que esta pesquisa pode contribuir para o avanço da literatura acadêmica e não só, como prover dados empíricos sobre as dinâmicas de gênero no processo de inserção dos egressos no mercado de trabalho formal na Guiné- Bissau, ampliando assim o conhecimento sobre essa temática pouco explorada. Além disso, poderá abrir portas para outras pesquisas e contribuições relacionadas à temática. Portanto, essa relevância acadêmica pode auxiliar pesquisadores das Ciências Sociais e demais áreas de conhecimento, interessadas em estudar as relações entre mercado de trabalho e gênero na sociedade guineense.

Nessa perspectiva, a pesquisa pode ser relevante para compreender os desafios enfrentados pelos egressos guineenses da UNILAB e não só, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas mais efetiva e equitativa no mercado de trabalho formal subsidiar a formulação de estratégias e ações concretas para promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

Para analisar a problemática do mercado de trabalho formal na Guiné-Bissau, relativamente às questões que envolvem as dinâmicas de gênero e com o intuito de atingir os nossos objetivos específicos e geral, partimos de uma síntese do sistema de educação na Guiné-Bissau, seguido de uma retrospectiva histórica dos motivos que levam os estudantes guineenses a cursarem o ensino superior na diáspora, especialmente no Brasil, na UNILAB. Para isso o trabalho fundamenta-se nos autores como: Sani (2013); Kergoat (2009); Djop (2021); Sané (2018); Biroli (2016); Djú (2019) entre outros.

De acordo com Sani, (2013, p. 36) "após a independência em 1974, o partido libertador (PAIGC) tentou massificar a educação no país, proporcionando aos guineenses acesso à educação que havia sido negado pelo colonialismo português". Nisto, ao longo daqueles anos, foram estabelecidas várias instituições de ensino superior. Estas incluem a Escola Nacional de Saúde (ENS), Escola de Formação Amílcar Cabral, Escola Normal Superior Tchico Té (atualmente integrada à Escola Superior de Educação, que inclui a Escola de Formação Amílcar Cabral, Escola Nacional de Educação Física e Desporto, e Escola de Formação 17 de

Fevereiro), Centro de Formação Administrativa (CENFA, atualmente Escola Nacional de Administração - ENA), Escola Nacional de Educação Física e Desporto (ENEFD), Faculdade de Direito de Bissau, Universidade Amílcar Cabral (UAC, atualmente Universidade Lusófona da Guiné - ULG), Universidade Colinas de Boé (UCB), Universidade Católica da África Ocidental (UCAO), Instituto Superior de Gestão de Bissau (ISGB), Sup Management e Universidade Jean Piaget, entre outros.

No entanto, essa tentativa de desenvolvimento esbarrou na falta de recursos econômicos, resultando na dependência do setor educacional e outros setores em relação ao apoio externo por meio da cooperação e crédito. Assim, o sistema de educação na Guiné-Bissau continua sendo precário e evidente, principalmente devido aos golpes de Estado frequentes e à falta de recursos econômicos. Esses recursos incluem itens básicos, como carteiras, ventiladores e outros materiais didáticos. Sem contar com as dificuldades que algumas escolas encontram em oferecer estudos noturnos devido à falta de sistemas elétricos adequados para iluminação durante a noite. Não menos importantes são os problemas estruturais, como salas de aula inadequadas, propensas a inundações e goteiras durante os períodos chuvosos. Também é notável a escassez de professores qualificados, que às vezes deparam com atrasos no pagamento salarial e de baixa renda. Como destaca Sani (2013),

o país deparava com graves problemas, a saber: falta de professores, materiais didáticos, infraestruturas escolares, as sucessivas greves dos professores, exigindo as melhores condições de qualidade de vida no trabalho e permanente instabilidade político militar que acabam tornando muito fraco o nosso sistema de ensino (Sani, 2013, p. 36).

Apesar da falta de políticas públicas na área da educação, a maioria da população está matriculada no sistema educacional do país, desde a creche até o ensino médio. Conforme observado por Sanhá (2009), citado por Sani (2013), para o ensino superior, as autoridades guineenses, cientes da precariedade da situação educacional do país, firmaram acordos com outros países, como Cuba, Bulgária, França, Brasil, URSS, Argélia, Portugal e Senegal, a fim de formar muitos estudantes guineenses para atender às necessidades do país.

Ressaltando que a maioria das instituições de ensino superior anteriormente mencionadas estão concentradas na capital, tanto públicas quanto privadas. No entanto, atualmente, as instituições públicas de ensino superior não são inteiramente gratuitas, pois os estudantes precisam pagar taxas de inscrição, matrícula e, em alguns casos, mensalidades. Aqueles sem condições financeiras aguardam bolsas de estudo no exterior, oferecidas pelo

governo guineense por meio de cooperações internacionais.

Uma dessas bolsas é ofertada pela Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), na qual nosso projeto tem foco, com a participação de estudantes da Guiné-Bissau. A UNILAB,

nasce com o objetivo de ministrar o ensino superior, desenvolver a pesquisa nas diferentes áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre Brasil e os demais estados membros da Comunidade dos Países de língua Portuguesa- CPLP [...], especialmente os países africanos e Timor Leste, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional (Gomes; Lima; Santos, 2018, p. 95).

A criação da UNILAB reflete a cooperação Sul-Sul do Estado brasileiro com países de língua oficial portuguesa. Segundo Silva (2016), o Brasil tornou-se um importante centro de formação acadêmica para estudantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), incluindo Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe.

Atualmente, a UNILAB recebe estudantes desses países, incluindo bissau-guineenses, angolanos, moçambicanos, são-tomenses e cabo-verdianos. De acordo com Silva (2016), essa escolha pelo Brasil como destino de estudos se deve a dois motivos principais: a língua oficial portuguesa e os laços culturais e étnico-raciais. E que esses estudantes buscam uma educação profissional¹, que segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2022, p. 17), é definida como “o conjunto de atividades que visam à aquisição teórica e/ou prática de conhecimentos, habilidades e atitudes exigidos para o exercício das funções próprias duma profissão”.

Nesse sentido, ressalta-se que nem toda população guineense, inserida no sistema educativo, acessa posteriormente o ensino superior². Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2022), as mulheres representam 6,09% da população que acessam o ensino superior, enquanto a porcentagem em relação aos homens é de 5,77%. Porém, 1,5% dos homens concluem o ensino superior em comparação com apenas 0,9% das mulheres (INE, 2022).

Portanto, é válido destacar que na Guiné-Bissau as mulheres têm menor probabilidade de concluir a educação em comparação com os homens. Djop (2021) observa que as mulheres guineenses desempenham uma jornada contínua de cuidados diários, o que limita seu tempo

¹ Educação profissional é modelo de aprendizagem com foco no desenvolvimento e competências de habilidades técnicas para suprir a demanda do mercado de trabalho.

² Ensino superior é uma etapa educacional que vem depois da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e possui o objetivo de ajudar na captação de conhecimentos e habilidades, passando a dominar uma área da sua escolha, para futuramente exercer uma profissão.

para outras atividades. Esses padrões remontam a tempos antigos, como destacado por Salvagni e Canabarro (2015), o papel das mulheres era restrito à esfera privada, envolvendo cuidados com a família e afazeres domésticos.

Analisando a situação dos egressos guineenses da UNILAB no mercado de trabalho formal com relação às dinâmicas de gênero presentes, vale frisar que as mulheres guineenses, mesmo capacitadas, enfrentam obstáculos devido a estereótipos de gênero, como destacado por Salvagni e Canabarro (2015). Elas são frequentemente subestimadas e associadas a características consideradas inadequadas para cargos de liderança. Esses preconceitos perpetuam a sexualização e a percepção de fragilidade e emotividade das mulheres, impondo limitações em suas oportunidades profissionais.

Assim, tanto as mulheres com formação superior quanto aquelas em trabalhos informais lutam por igualdade de gênero na sociedade guineense, conforme apontado por Salvagni e Canabarro (2015) que,

A crescente participação das mulheres no mercado de trabalho e a constante luta pela conquista de seus direitos, quebrando paradigmas, buscando reconhecimento e igualdade, estudando mais, desenvolvendo habilidades e atitudes, estando mais atentas ao ambiente dos negócios, exigindo respeito quanto ao reconhecimento como cidadã, ainda não são suficientes para combater a desigualdade de gênero nas relações de trabalho. Este facto se reflete, entre outros, no gap entre os salários masculinos e femininos e nos cargos estratégicos e de liderança dentro das empresas (Salvagni; Canabarro, 2015, p. 91).

Elas são privadas dos seus direitos e frequentemente colocadas em uma posição inferior aos homens, o que as relega a cargos menos privilegiados ou de liderança, como observado por Djop (2021) que, em muitos casos, os trabalhos e papéis que visam ganhos financeiros são atribuídos aos homens, enquanto as mulheres são isoladas e subjugadas, justificadas como sendo do sexo frágil e emotivo.

O conceito de gênero, em uma definição mais ampla conforme apresentado por Torreão (2007) citado por Sanca (2014), demonstra que,

O conceito de gênero pode ser definido como conjunto de crenças, traços, pessoais, atitudes, sentimentos, valores, condutas e atividades que diferenciam homens e mulheres através de um processo de construção social que tem várias características. Em primeiro lugar, é um processo histórico que se desenvolve em diferentes níveis tais como o Estado, o mercado de trabalho, as escolas, os meios de comunicação, a lei, a família e através das relações interpessoais. Em segundo lugar, este processo supõe uma hierarquização desses traços e atividades de tal modo que aos que se definem como masculinos se lhes atribui maior valor (Torreão, 2007, p. 104).

Essas construções sociais baseadas no gênero acabam, de certa forma, violando certos

direitos, liberdades, garantias e deveres fundamentais previstos na Constituição da República da Guiné-Bissau. De acordo com a promulgação dos artigos 24º e 25º do Título II da referida Constituição, "Todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de raça, sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica", e "O homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, econômica, social e cultural". No entanto, é notável que na sociedade guineense, as mulheres não desfrutam livremente desses direitos de igualdade previstos na Constituição da República.

A fraca participação das mulheres no trabalho formal e sua pouca representatividade em cargos de liderança são normalizadas na sociedade guineense e já os homens nesse contexto estão predominantes nesse mercado. Na busca por emprego no trabalho formal entre homens e mulheres, as mulheres "ficam em desvantagem, ou seja, terão dificuldades para conseguir emprego nesses lugares devido às construções sociais sobre o gênero" (Bialoboska, 2014 apud Pereira, 2022, p. 15). Nessa perspectiva, Kergoat (2009), nos mostra que,

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção - ou duas coleções - de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2009, p. 67).

A divisão do trabalho com base no gênero são frutos de uma construção social, na qual a maioria das sociedades determinam um trabalho específico ou ideal para homens e mulheres. Nisto, entra uma hierarquização entre os dois gêneros, através da divisão sexual do trabalho. De acordo com Kergoat (2009),

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação dos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.). (Kergoat, p. 67).

Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios, segundo ela, o primeiro é o da separação, na qual o trabalho destinado para homem é diferente daquele destinado para a mulher. O segundo princípio dessa divisão é o da hierarquização, o que significa dizer que o trabalho de um homem tem mais valor ou importância que o da mulher.

Nessa visão, a sociedade guineense não fica indiferente quanto a esse aspecto, pois, existem cargos e tarefas que são masculinizados e atribuídos mais valores em relação aqueles que são destinados para mulheres. Um exemplo disso seria o cargo de comandante de exército das forças armadas do país, um cargo meramente masculinizado e valorizado em relação aos cargos na confeitaria como chefe de cozinha, tarefa idealizada feminina no contexto guineense, com pouca relevância. Nesse sentido, vale ressaltar que, as respectivas condições do trabalho dos homens e das mulheres mudam de acordo com o contexto histórico, cultural, econômico, mas não se transformam, seguem obstinadamente a mesma linha de divisão dos espaços masculinos e femininos. (Daoré, 1994 *apud* Hirata, 2002, p. 285).

Nesse sentido, Biroli (2016) argumenta que,

A divisão sexual do trabalho consome tempo desigualmente de mulheres e homens [...]. Essa mesma dinâmica, de responsabilização desigual e restrições no acesso a tempo, sobretudo quando as mulheres têm filhos pequenos, constrange e orienta sua presença no mercado de trabalho e seu acesso a renda. [...] pode também reduzir o acesso a redes de contato que amplificaram as possibilidades de construção de uma carreira política e mesmo de acesso a movimentos e espaços de organização coletiva. (Biroli, 2016, p. 743)

A cidadania das mulheres tem sido comprometida devido à divisão sexual do trabalho e causa assim obstáculos no que diz respeito ao acesso a ocupações e recursos e à participação política autônoma. O que de certa forma acabam não tendo vozes para exigir seus direitos como cidadãos e ter autonomia para tomar decisões sobre suas vidas.

Como diz Walby (1990) citada por Biroli (2016), o patriarcado foi caracterizado pela exclusão das mulheres e controle dos homens sobre elas, esses na posição de pai ou marido. Com as mudanças históricas, as características do patriarcado se modificaram. E na contemporaneidade, as mulheres não são mais barradas nas arenas públicas, mas sim subordinadas, por outras palavras, seria então o patriarcado público.

No que seria então chamado de patriarcado público pela autora, Estado e mercado de trabalho passariam a ser as dimensões em que os constrangimentos se organizam e se institucionalizam. Novas formas de inclusão seriam então acompanhadas de formas também renovadas de opressão e de controle (Walby, 1990 *apud* Biroli, 2016, p. 728).

No contexto guineense, pode-se constatar atualmente, a inclusão das mulheres no Estado e mercado de trabalho formal, porém, “passando por vários tipos de desconforto para segurar seu emprego, sustento da família, para ser empregada e até para obter nível de emprego alto ou tratamento especial, tipos como trocas de favores sexuais, aceitar encontros e saídas, permitir o contato físico ou conversas com conotações eróticas ou sexuais” (Dias, 2008 *apud*

Pereira, 2022, p. 12).

Em virtude disso, vale enfatizar que, o mercado de trabalho deve ser um sector justo e igualitário, na qual todo cidadão (sem distinção de gênero, raça, idade e classe social) possa ter acesso, uma vez que preencha todos os requisitos necessários, isso quanto a idade e formação acadêmica. Para tal, Djú (2019) nos mostra que,

na Guiné-Bissau existe o Estatuto do Trabalhador, a lei que diz o ingresso dos servidores públicos na Administração Pública tem que ser através de Concurso Público, onde são selecionados os candidatos que reúnem melhores condições para melhor gerir e servir a população e o Estatuto dos Funcionários que normatiza Administração Pública da Guiné-Bissau que determina como são selecionados os servidores públicos, no entanto são violados, não são postos na prática, os servidores públicos são nomeados desde um nível hierárquico inferior até aos altos dirigentes, nos governos da Guiné-Bissau, quando os ministros assumem os cargos, exoneram praticamente todos os funcionários sem motivos profissionais, estratégicos e nomeiam elementos de conhecimento de conhecimentos pessoal parente e familiares. (Djú, 2019, p. 134).

Isso evidencia uma flagrante violação da lei no mercado de trabalho, especialmente na Administração Pública. “Existem leis nacionais que regem e regulamentam a implementação do Concurso Público como forma de seleção e ingresso na Administração Pública que são simplesmente ignoradas ou deixadas de lado pelos administradores e gestores públicos” (Djú, 2016, p. 72 *apud* Djú, 2019, p. 135), não sendo aplicadas, o que resulta na ineficácia e, consequentemente, na fragilidade das instituições públicas e no declínio das empresas estatais do país (Djú, 2019, p. 135).

Os fatos acima discutidos evidenciam como a falta de concursos públicos dificulta a entrada dos graduados no mercado de trabalho formal, considerando que estes não possuem nenhum tipo de relacionamento pessoal ou vínculo familiar com os administradores e gestores públicos responsáveis pela seleção e contratação de funcionários.

Além disso, essa lacuna gera um impacto significativo no desenvolvimento econômico do país. As habilidades profissionais adquiridas pelos cidadãos graduados nas diversas áreas de conhecimento não podem ser aproveitadas e não contribuem para o sucesso das instituições e do país como um todo. Nesse contexto, Djú (2019) argumenta que os dirigentes guineenses são maiorias analfabetos e por isso temem implementar o Concurso Público como processo obrigatório para ingresso nos serviços públicos, pois receiam perder os privilégios e a legitimidade de governar, já que não possuem as qualificações necessárias para se candidatarem e serem aprovados nos concursos.

Diante dessas circunstâncias, o mercado de trabalho torna-se injusto e desigual, com as instituições públicas desrespeitando a lei que regulamenta o Concurso Público, e as

instituições privadas também carecendo desse tipo de processo seletivo. Ambas recorrem mais a indicações de familiares e conhecidos para realizar contratações, sem mencionar a persistente divisão sexual do trabalho.

Portanto, pretende-se pesquisar e compreender o caso dos estudantes guineenses egressos da UNILAB, sobre os desafios enfrentados para sua inserção no mercado de trabalho formal na Guiné-Bissau. Dado que a referida instituição formou muitos estudantes guineenses, mas há um baixo índice de empregabilidade desses egressos no setor formal de trabalho, no país.

6 METODOLOGIA

Mediante os objetivos que se pretendem investigar, a pesquisa será de uma abordagem qualitativa. Tendo em conta isso, optamos em fazer um estudo de caso que, “refere-se ao levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo humano sob todos os seus aspectos” (Marconi; Lakatos, 2022, p. 306).

O caso que iremos pesquisar será dos estudantes guineenses egressos da UNILAB. Para tal, iniciaremos a nossa pesquisa com coleta de dados através de levantamentos bibliográficos que seria o ponto de partida para qualquer realização de um trabalho científico. Assim, para o suporte da fundamentação científica do nosso trabalho, usaremos materiais já publicados como livros, artigos, dissertações, monografias, teses e artigos de autores guineenses que escreveram assuntos relacionados a nossa temática, para assim compreendermos com mais profundidade as problemáticas do trabalho. E não só, também trabalharemos com materiais de autores não guineenses que também deram suas contribuições sobre a mesma temática, com relação às outras realidades.

O processo metodológico será por meio de entrevistas com egressos guineenses da UNILAB dos Estados de Ceará e da Bahia. Iremos entrevistar pessoas egressas desses dois *campi*, mantendo a proporcionalidade dos cursos e a representação de homens e mulheres. A técnica da entrevista será por meio de questionários a partir do google formulário, com perguntas abertas de modo que esses egressos possam responder livremente às questões. Em seguida, faremos uma análise das entrevistas e identificar as questões de desigualdade social e de género no acesso ao emprego no trabalho formal. Porém, de antemão, pretendo fazer um levantamento dos nomes de estudantes guineenses já formados, que retornaram ao país e entraram em contato com os mesmos nas redes sociais (Facebook, Instagram, twitter,

Whatsapp etc).

Se possível, num outro momento, pretendemos entrevistar egressos guineenses da UNILAB que ainda se encontram no Brasil ou em outros países e estudantes que ainda se encontram no processo de graduação, na mesma instituição. Pretendemos com isso, estudar as causas do não retorno (para os egressos) e as expectativas de/não retornar ao país (para os estudantes em graduação). O facto de eu ser uma estudante guineense da UNILAB, isso me possibilita ter o acesso mais fácil aos estudantes e egressos guineenses dessa mesma instituição. Posteriormente, trabalharemos com os dados da Unilab em Número, uma plataforma disponibilizada no site institucional da universidade, que contém dados sobre o número de estudantes egressos em cada curso, de acordo com a nacionalidade³. Assim, iremos coletar informações sobre o número de egressos guineenses formados em cada curso.

7 CRONOGRAMA

ATIVIDADE	TCC I				TCC II				TCC III			
Realização de Pesquisa bibliográfica e levantamento de dados												
Elaboração do roteiro dos questionários e entrevista												
Realização das entrevistas												
Análise das informações												
Redação do TCC												
Apresentação do TCC												

³ Na ocasião da realização deste trabalho, o site da UNILAB em Números, especificamente os dados referentes à graduação, estava em manutenção.

REFERÊNCIAS

DJOP, Dala. **Desigualdade de gênero na Guiné-Bissau**: um estudo sobre a implementação da Lei de aridade e o desafio da participação das mulheres guineenses na esfera pública. Trabalho de Conclusão de Curso/UNILAB. Redenção 2021.

DJU, Edgar. **Concurso público e desenvolvimento de capacidade na Guiné-Bissau**. 2019. 186 p. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades. Instituto de Humanidades (IH), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção, 2019.

FLÁVIA, Biroli. Divisão sexual do trabalho e Democracia. Universidade de Brasília (UnB), Brasília, D.F., Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol.59, n 3, 2016, pp. 719 a 681.

FÓRUM dos presidentes dos supremos tribunais de justiça dos países e Territórios da língua portuguesa. Construção da república da Guiné-Bissau de 1996. Disponível em: https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2018/01/guine_constituicao.pdf

GOMES, Nilma Lino; LIMA, Aristeu Rosendo; SANTOS, Tomaz Aroldo da Mota. UNILAB-Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira: O desafio de uma experiência acadêmica na perspectiva da Cooperação Sul Sul. **Revista do PPGCS- UFRB- Novos Olhares Sociais**. VOL. 1 – n.1 – 2018. p. 93-110.

HELENA, Hirata et al. **Nova divisão sexual do trabalho?** São Paulo: Editora BoiTempo, 2002.

HIRATA, HELENA et al. (Org). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Mulheres e homens na Guiné-Bissau. dezembro, 2022. Disponível em: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2023-03/ESTATI%CC%81STICA%20DE%20GENERO%20GUINE%CC%81%20BISSAU%2023_230328_101506.p

KERGOAT, Danièle. “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo”. In: HIRATA, Helena et al (Org.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. Atualização João Bosco Medeiros. -8. ed. –Barueri [SP] : Atlas, 2022.

PEREIRA, Maria Pascoa Antonio. **Mulheres guineenses no mercado de trabalho**: constrangimentos, desafios e possíveis soluções. Trabalho de Conclusão de Curso/UNILAB. São Francisco do Conde 2022.

SALVAGNI, Julice; CANABARRO, Janaina. Mulheres líderes: as desigualdades de gênero, carreira e família nas organizações de trabalho. **Revista de Gestão e Secretariado – GeSec**, São Paulo, v. 6, n. 2, p 88-110, maio./agosto. 2015.

SANCA, Ilda. **A inserção das mulheres no mercado do trabalho na Guiné-Bissau**. 2014. Trabalho de conclusão do curso (Bacharel em Administração)-Universidade Federal do Rio

Grande do Sul. Porto Alegre-RS, 2014.

SANÉ, Samba. Os desafios da educação na Guiné-Bissau. **Revista Tema em Educação**, João Pessoa, Brasil, v. 27, n. 1, p.55-77, jan/jun 2018.

SANI, Quecoi. **A educação superior no desenvolvimento da Guiné-Bissau**: contribuições, limites e desafios. 2013. 138 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2013.